

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



"PARENTALIDADE SOB LENTES MATEERNAS": CRENÇAS
DE MÃES EM CONTEXTO DE DESVANTAGEM
ECONÓMICA E SOCIAL

Amanda Catarina da Silva Vieira

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

(Secção de Psicologia Clínica e da Saúde/ Núcleo de Psicologia Clínica Sistémica)

2018

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**"PARENTALIDADE SOB LENTES MATEERNAS": CRENÇAS
DE MÃES EM CONTEXTO DE DESVANTAGEM
ECONÓMICA E SOCIAL**

Amanda Catarina da Silva Vieira

Dissertação orientada pela Professora Doutora Isabel de Santa Bárbara Narciso

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

(Secção de Psicologia Clínica e da Saúde/ Núcleo de Psicologia Clínica Sistémica)

2018

Agradecimentos

À professora Doutora Isabel Narciso pela tamanha ajuda que me deu, pela motivação, pelos ensinamentos, pela compreensão ao longo da realização da dissertação. Obrigada pelo seu rigor e exigência que tornaram este ano um bom desafio.

A todas as professoras do Núcleo de Sistémica que tanto amor transmitiram pela psicologia, que tanto se dedicaram a nós e a realçar o valor de cada um. Por todos os sorrisos que esboçaram confiança de um futuro feliz. À família sistémica!

Às minhas amigas da faculdade, que me acompanham há cinco anos sem nunca falhar! Por tudo o que partilhámos, desde receios a conquistas. Sempre lado a lado. Obrigada à Beatriz, à Sofia, à Andreia Bastos, à Andreia Alferes. Gosto muito de vocês.

À minha Rita, que me acompanhou sempre, desde o primeiro dia. Foste incansável comigo ao longo do tempo, são incontáveis os dias que partilhámos de muita alegria! Tens um futuro tão risonho. És linda e eu adoro-te!

Aos meus amigos, da Madeira e do GASTagus, por toda a amizade e amor que me dão. Nem sempre foi fácil e vocês ajudaram-me muito.

À minha irmã Margarida, por tudo! Por seres tu quem viveu de perto comigo ao longo destes cinco anos, sem nunca baixar os braços. Por todos os momentos partilhados. Mais do que uma amiga, uma irmã. Adoro-te!

À minha Raquel, que bom ter-te na minha vida! Obrigada por seres um grande pilar e encorajares sempre ao meu crescimento. Nunca me deixaste desistir e fizeste-me sempre feliz! Quando chegas a casa, tudo fica melhor. Adoro-te!

À minha família, sempre incansáveis a acompanhar o meu percurso. Aos meus avós mesmo longe, senti-me sempre amada. Obrigada gigante aos meus pais Rui e Graça e ao meu irmão Duarte, são as pessoas mais importantes da minha vida. São a minha força de todas as horas. Pela união e felicidade que me transmitem, que fazem de mim a pessoa que sou. Eu amo-vos muito, eternamente!

Obrigada a todos, de coração!

"Parentalidade sob lentes maternas": crenças de mães em contexto de desvantagem económica e social

Resumo

No presente estudo, pretendeu-se explorar e compreender, através da análise de narrativas sobre a vivência da parentalidade, as crenças (gerais e específicas sobre parentalidade) predominantes de mães em contexto de desvantagem económica e social. O estudo foi realizado através de entrevistas semi-estruturadas a 24 mães com filhos entre os 2 e os 17 anos, em situação de desvantagem económica e social. Tendo por base uma metodologia qualitativa, foi efetuada uma análise temática com recurso ao *software* NVivo. Relativamente a crenças gerais, os resultados evidenciaram crenças sobre a vida, sociedade e cultura, revelando um predomínio de crenças negativas sobre a vida. No que se refere a crenças específicas sobre a parentalidade, emergiram sobretudo crenças relativas a pilares da parentalidade, práticas parentais, princípios-guia, género dos pais no desempenho da parentalidade, transição para a parentalidade e filhos.

Palavras-chave: Desvantagem económica e social; crenças; parentalidade.

“Maternal views on parenting: mother’s beliefs in context of economic and social disadvantage”

Abstract

In this present study, it was intended to explore and understand through the narrative analysis about the experience of parenting, the predominant (general and specific) beliefs of the mother in a context of economic and social disadvantage. The study was realized through semi structured interviews to 24 mothers with children between 2 and 17 years of age in economic and social disadvantage. On a basis of qualitative methodology, the analysis was based on thematic analysis with the help of the software NVIVO. Relating to general beliefs, the results evidenced beliefs about life, society and culture, revealing a predominant negative view on life. Relating to specific beliefs on parenting, beliefs emerged related to the pillars of parenting, parental practices, guiding principles, gender of parents in parental performance, transition to parenting and children.

Key words: economic and social disadvantage; beliefs; parenting.

Índice Geral

Introdução.....	1
Enquadramento Teórico	2
Parentalidade em Contextos de Desvantagem Económica e Social	3
A Influência das Crenças na Parentalidade	6
Presente estudo	9
Metodologia.....	9
Desenho da investigação.....	9
Questões Iniciais e Mapa Conceptual	9
Seleção e Caraterização da amostra	10
Instrumento.....	12
Análise de Dados	14
Resultados	14
Parentalidade	15
Pilares da parentalidade.....	16
Práticas parentais	17
Princípios-guia	17
Pais perigosos.....	18
Filhos	19
Transição para a parentalidade.....	20
Propriedades da maternidade	20
Crítica social sobre a parentalidade	21
Género dos pais no desempenho da parentalidade	22
Vida, sociedade e cultura	23
Sobre a vida e a sociedade.....	23
Singularidades culturais	23
Família	24
Ambiente familiar.....	24
Família de origem.....	25
Discussão.....	25
Parentalidade	26
Vida, sociedade e cultura	29
Família	30

Limitações e Contributos para a Investigação	30
Referências bibliográficas	32

Índice de Figuras

Figura 1. Mapa Conceptual.....	10
--------------------------------	----

Índice de Quadros

Quadro 1. Características da Amostra.....	11
Quadro 2. Crenças das mães de contexto de desvantagem económica e social sobre a parentalidade.....	15
Quadro 3. Crenças das mães de contexto de desvantagem económica e social sobre a realidade no geral.....	15

Introdução

A parentalidade é uma transição importante no ciclo vital de muitas famílias (Senese, Bornstein, Haynes, Rossi, & Venuti, 2012), repleta de novas aprendizagens, conquistas e experiências, ainda que, com alguns percalços (Luster & Okagaki, 2006). A qualidade do desempenho parental parece depender de múltiplos fatores que influenciam o quotidiano dos pais, não só ao nível de fatores micro-culturais como também de macro-culturais, através dos quais advém a dinâmica familiar e o ajustamento saudável e bem-estar dos filhos (Banovcinova & Levickan, 2015; Schulz, Schunck, Diewald & Johnson, 2017).

A presente dissertação incide sobre a temática das crenças de mães que pertencem a um contexto de desvantagem económica e social. O estudo das crenças – i.e., convicções pessoais que determinam ou regulam as decisões e ações dos indivíduos de modo subjetivo (Burchinal, Skinner, & Reznick, 2010; Sharot & Garrett; 2016) – associado ao exercício da parentalidade e desvantagem económica e social, é um tema relevante que merce um maior aprofundamento na literatura empírica. Neste sentido, realizámos um estudo exploratório de natureza qualitativa com o objetivo de aprofundar o conhecimento científico de crenças sobre a realidade no geral (e.g., família, sociedade, cultura) e especificamente sobre a parentalidade em mães que vivem em contexto de desvantagem económica e social.

Esta dissertação encontra-se organizada nas seguintes secções: (1) Enquadramento Teórico, que contém uma revisão da literatura tendo em conta os temas em análise; (2) Metodologia, que evidencia o desenho do estudo, a questão inicial por onde se rege a investigação, o mapa conceptual, o processo de seleção e caracterização da amostra, assim como a descrição do instrumento usado – entrevista semi-estruturada – para a recolha de informação, a explicação da análise dos dados qualitativa bem como o *software* usado para a concretização da mesma; (3) Resultados, que consiste na descrição dos resultados obtidos com a análise das entrevistas; (4) e Discussão, que incide numa reflexão pessoal e integração dos dados com a revisão de literatura e questões de investigação, bem como uma reflexão sobre os limites e contributos do presente estudo.

Enquadramento Teórico

A parentalidade é uma fonte principal de influências na saúde, desenvolvimento e bem-estar das crianças (Senese et al., 2012), envolvendo, para os pais, prazeres, privilégios e ganhos mas também desafios, frustrações, medos e fracassos (Luster & Okagaki, 2006). De acordo com a teoria do desenvolvimento parental (Mowder, 2005), a visão que os pais constroem sobre a parentalidade é redefinida ao longo do tempo, não só pelas suas experiências individuais enquanto filhos como também pela experiência com os próprios filhos, dinâmica familiar e contexto social e cultural a que pertencem. A investigação empírica revela que as pessoas tendem a considerar que o papel de pai inclui seis características centrais: disciplina (e.g., estabelecimento de regras); educação (e.g., informar e ensinar o filho); responsividade (e.g., compreender quais são as necessidades da criança e satisfazê-las); sensibilidade (e.g., na resposta às necessidades da criança); bem-estar e proteção (e.g., atender a necessidades como a alimentação e o vestuário) e por fim, estabelecimento de laços (e.g., amor e afeto) (Sperling & Mowder, 2006).

A parentalidade constitui-se assim como uma transição importante para as famílias, com o assumir de um novo começo (Senese et al., 2012). E apesar das diferentes configurações que uma família pode assumir, é consensual a ideia de que a estabilidade e a união são dois componentes relacionais elementares para o bem-estar e crescimento saudável dos filhos (Högnäs & Carlson, 2010). Sabe-se que a estabilidade familiar, com a presença de ambos os pais, ajuda a melhorar indicadores sociais, emocionais, comportamentais e académicos nas crianças (Dorius, 2016; Osborne, Manning & Smock, 2007).

O exercício da parentalidade é fortemente influenciado por valores e crenças sobre a educação das crianças e práticas educativas, sendo a história e a cultura imprescindíveis na compreensão da mesma (Banovcinova & Levickan, 2015; Harkness & Super, 1996; Rubin & Chung, 2006; Tudge & Freitas, 2012). Assumir o papel de mãe ou de pai associa-se, pois, a responsabilidades, não só nas tarefas parentais como também nas atividades sociais, com constantes aprendizagens (Knoester, Petts & Eggebeen, 2007; van Mourik, Crone, Pels, & Reis, 2016). Assim, vários autores defendem que ser mãe é uma questão de aprendizagem pessoal e não um processo instintivo (Badinter, 1985; Foucault, 2010).

Neste sentido, torna-se fundamental aprofundar o conhecimento contextualizado de crenças parentais que moldam o desempenho parental, afetando, conseqüentemente, o desenvolvimento e bem-estar dos filhos. Acresce, ainda, que a parentalidade em contextos

de desvantagem económica e social se reveste de inúmeros fatores micro e macro-culturais, os quais importa considerar, quer ao nível do enriquecimento científico, quer ao nível da intervenção clínica e terapêutica.

Parentalidade em Contextos de Desvantagem Económica e Social

A parentalidade é influenciada por múltiplos fatores que moldam a relação entre pai-filho e conseqüentemente as características e funções da mesma, assim como o futuro dos filhos e a interiorização de hábitos e valores familiares (Schulz et al., 2017). A transmissão de valores ocorre entre gerações e gradualmente com a convivência familiar e social (Bilsky et al., 2013; Schulz et al., 2017). Por exemplo, o respeito pelo outro e a compreensão e o afeto ao próximo (Covey, 2014) são valores de destaque, na perspectiva de muitos pais, a ser transmitidos às gerações seguintes (Vathi, 2015).

A investigação empírica tem realçado o contributo negativo do contexto económico e social no exercício da parentalidade, nomeadamente o seu impacto na transmissão transgeracional da pobreza (Friedson, 2016; Nurius, Prince & Rocha, 2015; Vathi, 2015). Kotchick e Forehand (2002) afirmam que fatores macro e micro-culturais como a etnia, o estatuto económico e social (SES) e a pobreza em particular, a religião, as tradições culturais, o bairro e a comunidade influenciam a parentalidade e as práticas parentais bem como o subsequente desenvolvimento e ajustamento dos filhos.

A pobreza tem um forte impacto ao nível da parentalidade, uma vez que os pais vivem limitados em proporcionar a nutrição, cuidados médicos e condições habitacionais adequadas aos filhos (Dearing, Taylor, & McCartney, 2006). As evidências empíricas revelam que ambientes de desvantagem têm impacto na parentalidade e nas práticas parentais e, conseqüentemente, no desenvolvimento dos filhos (Jeon & Neppl, 2016; Nurius et al., 2015; Seabrook & Avison, 2012). Existe um vasto leque de evidências empíricas relativamente às conseqüências da desvantagem económica e social na parentalidade e no desenvolvimento global das crianças: práticas parentais autoritárias e o funcionamento familiar desequilibrado (Friedson, 2016; Pinderhughes, Dodge, Bates, Pettit, & Zelli, 2000; Rawatlal, Pillay & Kliewer, 2015); *stress* parental (Anderson, 2015; McConnell, Breitkreuz, & Savage, 2011); níveis baixos de afeto e envolvimento com os filhos (Conger, Conger & Martin, 2010; Jeon & Neppl, 2016) problemas de externalização e internalização (Neppl, Senia & Donnellan, 2016; Sebre, Jusiene, Dapkevice, Skreitule-Pikse, & Bieliauskaite, 2014); desajustamento comportamental e cognitivo dos filhos (Case, Lubotsky & Paxson, 2002; Choi, Palmer & Pyun, 2014;

Conger et al., 2010; Flouri, Midouhas & Ruddy, 2016; Rawatlal et al., 2015; Seabrook & Avison, 2012); decréscimo geral na saúde das crianças (Rawatlal et al., 2015); discriminação racial (Boe et al., 2014; Nurius et al., 2015).

Altafim, McCoy e Linhares (2018), numa amostra recolhida no Brasil, verificaram que a desvantagem económica e social estava diretamente associada a elevados níveis de problemas de internalização da criança e práticas parentais negativas (e.g., agressão física) mas não encontraram qualquer relação com problemas de externalização. Contudo, os autores Boe et al., (2014) verificaram que a desvantagem económica e social está associada a problemas de externalização dos filhos, bem-estar emocional dos pais e das suas práticas parentais.

Os autores Rawatlal et al. (2015) estudaram a associação entre a desvantagem económica, a estrutura familiar e o funcionamento familiar. Os resultados indicaram que famílias com maior vantagem económica desenvolvem relacionamentos com menor nível de ansiedade. Ainda assim, Flouri, et al. (2016) encontraram evidências de que crianças com desvantagem económica e social mas pertencentes a uma comunidade com elevada quantidade de indivíduos sem desvantagem apresentam melhor ajustamento psicológico.

A desvantagem social poderá também trazer consequências quanto à discriminação racial e apoio social recebido, o que se reflete no exercício da parentalidade. No estudo empírico de Wulczyn, Gibbons, Snowden e Lery (2013), com uma amostra de famílias caucasianas e famílias africanas que habitavam na mesma comunidade, constatou-se que as famílias africanas recebiam mais apoio social no que toca aos cuidados básicos, o que estava associado a um maior nível de pobreza.

O ambiente económico e social influencia, pois, não só os potenciais problemas de internalização e externalização dos filhos e o funcionamento familiar, assim como as práticas parentais (Friedson, 2016; Lareau, 2002). Hoffman (1975) definiu as práticas parentais como estratégias utilizadas pelos pais durante a interação entre pai-filho, em situações específicas do quotidiano. O autor propôs a existência de duas estratégias parentais distintas: coercivas e indutivas. As primeiras corresponderiam a uma interação à base do poder e força, uso de punição física e privação de privilégios (e.g., atribuição de castigos), enquanto as segundas seriam de teor explicativo, ou seja, os pais utilizariam sobretudo a comunicação como ferramenta para explicar aos filhos as consequências dos seus atos. Também Baumrind (1975) definiu três estilos parentais: autoritativo, autoritário e permissivo, sendo as práticas coercivas mais características do estilo autoritário e as indutivas mais comuns no estilo autoritativo.

As práticas parentais autoritárias (e.g., punição física) são apontadas pela literatura como uma das práticas parentais mais frequentes no seio de famílias em desvantagem económica e social (Durant & Ensom, 2012; Friedson, 2016; Mackenzie, Nicklas, Waldfogel & Brooks-Gunn, 2015). Ao longo do crescimento, os indivíduos vão interiorizando práticas parentais associadas ao contexto onde se desenvolvem que transmitem posteriormente às gerações seguintes quando desempenham o seu próprio papel parental (Lareau, 2011). Resultados do estudo de Jeon e Neppl (2016) demonstraram que existe continuidade transgeracional nas dificuldades económicas e parentalidade positiva, sugerindo que quanto maior for a desvantagem económica, menos parentalidade positiva existe na primeira geração e nas sucessivas.

Os resultados do estudo empírico de Friedson (2016) revelaram que pais em desvantagem económica e social tendem a considerar a punição física associada a necessidade de obediência como sendo importantes ao longo do crescimento dos filhos. Harvey et al., (2016) verificaram que o controlo do comportamento dos filhos é visto como essencial nestes contextos.

Os autores Neppl et al., (2016), verificaram que dificuldades económicas estavam associadas a maior *stress* emocional por parte dos pais, conflito conjugal e, por consequência, a punição física aos filhos (e.g., bater). Estudos empíricos sugerem ainda que práticas negligentes são igualmente comuns nestes contextos (Pereira, Negrão, Soares & Mesman, 2015), particularmente marcadas pela ausência e/ou omissão de cuidados parentais (Gomide, 2017).

Nos contextos de desvantagem, a frequente ausência de uma figura parental contribui para o aumento de *stress* parental e de dificuldades na imposição de regras comportamentais (Morris et al., 2017). De igual modo, a transição para a parentalidade, ditando o início de uma etapa repleta de novas responsabilidades familiares, constitui uma fase de forte *stress* (Dow, 2006). Os autores Wiklund, Edman, Larsson e Andolf (2009) verificaram que após o nascimento dos filhos, muitas mães tendem a descurar a sua vida social, o que leva ao aumento do sentimento de isolamento (Razure, Bruchon-Schweitzer, Dupanloup, Irion & Epiney, 2011). Em contexto de desvantagem económica e social, muitas mães acreditam que a transição para a parentalidade é apenas uma luta para garantir alimentação e abrigo aos filhos (McMahon, 1995).

Em suma, o contexto económico e social condiciona o modo como os pais perspetivam a sua realidade parental, ou seja as suas crenças sobre o exercício dos seus

papéis, sobre a sua relação com os filhos e sobre o comportamento e desenvolvimento das crianças.

A Influência das Crenças na Parentalidade

A crença é perspectivada por Burrus e Carney (2015) como um conhecimento considerado verdadeiro para qualquer pessoa, apesar de ser uma experiência subjetiva, uma vez que existem diferentes pontos de vista sobre uma mesma situação. De acordo com Sharot e Garrett (2016), as crenças determinam ou regulam as decisões e ações dos indivíduos.

Sabe-se que as crenças dos pais sobre a parentalidade e sobre a vida em geral têm impacto na motivação, previsão, explicação e mudança dos comportamentos parentais (Burchinal et al., 2010; Narciso et al., *in press*; Senese et al., 2012). As crenças dos pais influenciam, pois, o comportamento parental e as relações com os filhos, o que, inevitavelmente se repercute no desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças (Azar, Reitz & Goslin, 2008; Senese et al., 2012).

O sistema de crenças parentais pode ser definido como um conjunto organizado de ideias subjacentes à parentalidade, as decisões, escolhas e apreciações que funcionam como modelos para comportamentos e atitudes a desempenhar para com os filhos. Tal sistema de crenças está frequentemente associado à origem cultural dos pais (Harkness & Super, 1996). Bond e Burns (2006) verificaram também que mães com um raciocínio cognitivo mais complexo, e, portanto, menos comum em contextos de desvantagem económica e social, têm crenças menos categorizadas e mais multifacetadas sobre o desenvolvimento infantil. De acordo com teorias ecológicas e culturais, os objetivos e expectativas parentais e as próprias práticas parentais poderão refletir o sistema de crenças parentais (Harkness & Super, 1996; Knoester et al., 2007; Sigel, McGillicuddy-DeLisi & Goodnow, 2014), sendo moldados pela cultura a que os pais pertencem. Algumas crenças podem ser culturalmente universais – e.g., pais em todas as sociedades consideram que a proteção e o cuidado são imprescindíveis para as crianças (Bornstein, 2006); pais de crianças com o desenvolvimento normativo defendem a educação (disciplina) como o componente mais importante do crescimento (Sperling & Mowder, 2006); a maioria dos pais acredita que um comportamento adequado com os filhos nos primeiros anos de vida pode prevenir o surgimento de problemas durante a adolescência (van Mourik et al., 2016). Deste modo, é partilhado por muitos pais que cada etapa do ciclo de vida dos filhos tem as suas particularidades. É frequente que a infância seja

descrita como uma fase de crescimento e aprendizagem (Del Prette, & Del Prette, 2017), assim como a adolescência é descrita como uma etapa de mudança, independência, afastamento familiar com aproximação ao grupo social (Laursen & Collins, 2009; Mastrotheodoros, Van der Graaff, Deković, Meeus & Branje, 2018) e possível abuso de substâncias (McArthur & Moore, 2014; McKinney, Donnelly & Renk, 2008). Dado que na adolescência os filhos tendem a passar menos tempo em casa e mais tempo com os amigos, o ambiente escolar parece influenciar mais do que o estatuto económico e social (West & Sweeting, 2004; West, 1997). Famílias em desvantagem económica e social reportam que o mais complicado na adolescência é satisfazer todos os pedidos materiais, de serviços e experiências dos filhos (Kiernan & Huerta, 2008; Taylor, Budescu, Gebre & Hodzic, 2014).

Contudo, muitas outras crenças estão associadas especificamente ao contexto social e cultural em que os pais vivem, nomeadamente à sua origem étnica (Bornstein & Cote, 2004; Caughy, Brodsky, O'campo, & Aronson, 2001; Durgel, Leyendecker, Yagmurlu & Harwood, 2009), constituindo quadros de referência para interpretar e responder ao comportamento infantil e ao funcionamento familiar (Durgel, van de Vijver & Yagmurlu, 2012; Yagmurlu & Sanson, 2009). Caughy et al., (2001) constataram que as crenças sobre a parentalidade podem ser avaliadas considerando a cultura e comunidade a que os pais pertencem, uma vez que as crenças gerais da comunidade parecem ter mais força do que as crenças individuais.

No estudo de van Mourik et al. (2016), os resultados revelaram que pais pertencentes a contextos de minorias sociais e que vivem em desvantagem económica e social tendem a acreditar que os problemas que surgem no exercício das suas funções parentais se devem aos contextos e circunstâncias de vida. Entre as diversas minorias sociais, a etnia cigana é conhecida por todo o mundo como um povo maioritariamente nómada, sobretudo por motivos culturais e económicos (Arayici, 2008), uma vez que, resultado de preconceitos sociais, muitos estão desempregados e são rejeitados pelo mercado de trabalho (Lydaki, 2007). No ano de 2006, a UNICEF desenvolveu um estudo com uma amostra de indivíduos pertencentes à etnia cigana, cujo objetivo foi verificar as preocupações, os conhecimentos, as atitudes e práticas parentais que os pais tinham em relação aos seus filhos. Os resultados demonstraram que a punição verbal (e.g., gritar, ameaçar), a punição física (e.g., puxar o cabelo, bater) e as proibições (e.g., restringir atividades) são as punições mais utilizadas por estes pais. A maioria dos pais considera ainda que uma “palmada” não é considerada uma agressão contra a criança (Anghelescu

& Iliescu, 2006). Bhopal e Myers (2018) evidenciaram que pais da etnia cigana acreditam que a aprendizagem escolar em contexto domiciliário é positiva para as crianças, uma vez que a maioria tem uma diferente visão sobre a educação escolar.

De igual modo, outros estudos revelaram o poder do contexto social e cultural nas crenças sobre a parentalidade. Senese et al. (2012) investigaram a variabilidade nas crenças de mães de culturas italianas e americanas. Os resultados mostraram que mães de diferentes culturas valorizam diferenciadamente a estimulação parental e a sua importância no desenvolvimento da criança nos primeiros anos de vida. Num estudo de revisão de literatura realizado por Chiocca (2017), o autor verificou que pais americanos consideram que a punição física é algo normal e esperado no crescimento e educação dos filhos. Alguns estudos mostram fortes associações entre mães afro-americanas e práticas parentais autoritárias (Friedson, 2016; Pinderhughes et al., 2000). De acordo com Bornstein (2006), as crenças sobre a parentalidade e as práticas parentais são influenciadas sobretudo pela desvantagem económica e social a que os pais pertencem. No mesmo sentido, Pinderhughes et al. (2000) encontraram uma relação negativa entre comportamentos agressivos por parte dos pais (e.g., espancamento) e o estatuto económico e social.

Ainda assim, as crenças sobre a parentalidade parecem ter outras influências para além da social e cultural, nomeadamente o sexo dos filhos e dos pais (Glabe, Bean, & Vira, 2005; Halberstadt & Lozada, 2011; Katz-Wise, Priess, & Hyde, 2010) – e.g., uma das evidências relativamente consensual na literatura é a de que os pais tendem a desenvolver mais comportamentos agressivos com os rapazes do que com raparigas (Archer, 2004; Loeber, Capaldi, & Costello, 2013), o que é explicado por diferenças de género, ou seja, pela interiorização de normas sociais que sugerem diferentes comportamentos de pais e mães e diferentes condutas face a filhas e filhos (Mandara, Murray, Telesford, Varner, & Richman, 2012). Por exemplo, as mães são descritas pela sociedade como sacrificando-se mais pelo bem dos outros, enquanto os pais são vistos como mais preocupados com o seu próprio bem-estar (Arendell, 2000). Assim, estudos sugerem que as mães assumem mais cuidados (e.g., nutrição) e responsabilidades para com os filhos (Bianchi, Robinson & Milkie, 2006; Pinquart & Teubert, 2010), defendendo que são as mesmas que organizam, planeiam e se preocupam mais com as crianças, assim como disponibilizam mais segurança e proteção. No estudo empírico de Brown, Craig e Halberstadt (2015), os resultados demonstraram que as mães americanas e afro-americanas habitualmente apoiam mais as meninas em emoções negativas do que os pais.

Há no entanto evidências de que as interações mãe-filho e pai-filho podem depender exclusivamente do contexto de interação e não do género dos pais (McHale, Crouter & Whiteman, 2003).

Presente estudo

Na presente dissertação, apresentamos um estudo exploratório com uma abordagem metodológica qualitativa, com o objetivo de analisar o sistema de crenças de mães em contexto de desvantagem económica e social. Assim, o objetivo geral orientou-nos para as seguintes questões de investigação: (1) Que temas emergem nas crenças específicas sobre parentalidade em mães de contexto de desvantagem económica e social?; e (2) Que outras crenças gerais emergem nas narrativas sobre parentalidade em mães de contexto de desvantagem económica e social?

Metodologia

Desenho da investigação

O presente estudo¹ com uma abordagem metodológica qualitativa é de natureza exploratória e baseia-se no paradigma construcionista-interpretativo, que defende que existem múltiplas interpretações socialmente construídas sobre a realidade, sendo o foco do investigador a realidade tal como é subjetivamente vivenciada (Birks & Mills, 2011; Daly, 2007). Assim, é fundamental a compreensão dos acontecimentos e as significações que daí derivam e não o acontecimento em si.

Questões Iniciais e Mapa Conceptual

A questão inicial que deu origem ao objetivo geral e às questões de investigações anteriormente referidas foi a seguinte: “*Que crenças sobre a realidade em geral e especificamente sobre a parentalidade são dominantes em mães em contexto de desvantagem económica e social?*”

¹ O presente estudo enquadra-se numa investigação sobre parentalidade em contexto de desvantagem económica e social, coordenada pela Professora Doutora Isabel Narciso da FPUL. A investigação foi aprovada pela Comissão Especializada de Deontologia do Conselho Científico da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa. Os dados que sustentam a realização do presente estudo tinham já sido previamente recolhidos pela equipa de investigação coordenada pela Professora Doutora Isabel Narciso.

Foi através da questão inicial, do objetivo geral e das questões de investigação que desenhamos o Mapa Conceptual, apresentado na Figura 1 e a partir do qual a dissertação foi orientada.

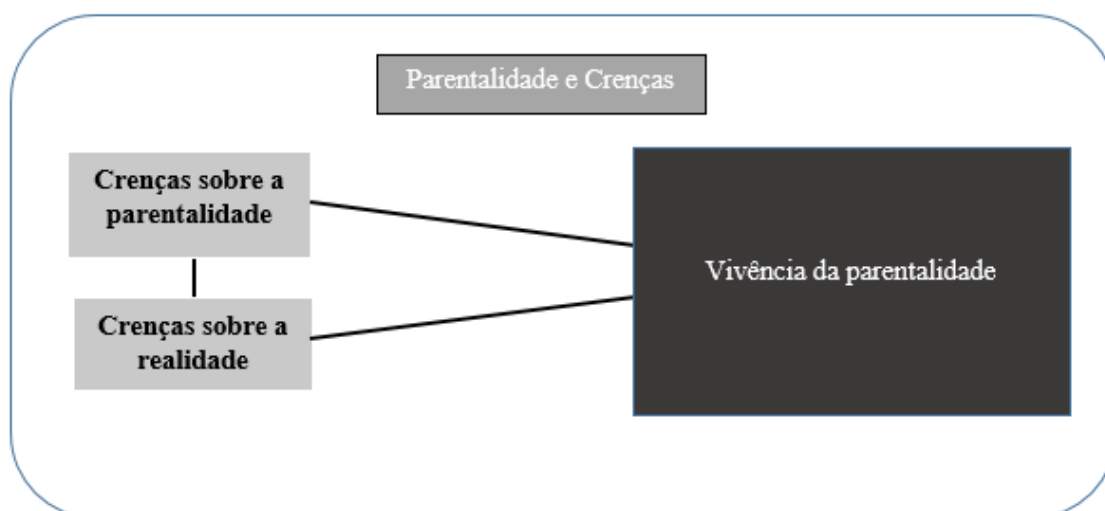


Figura 1. Mapa Conceptual

Seleção e Caracterização da amostra

O presente estudo contou com uma amostragem de conveniência através da participação de 24 mães com 1 ou mais filhos, todas pertencentes a um contexto de desvantagem económica e social. Relativamente ao envolvimento com a CPCJ devido a parentalidade de risco, o grupo DES integrou oito mães sem nenhuma sinalização de risco, oito mães com sinalização de risco no passado e oito com sinalização de risco atual.

A idade das mães variava entre 19 e 48 anos ($M = 32.54$; $DP = 8.05$). O Quadro 1 permite uma observação detalhada das características sociodemográficas mais relevantes das participantes.

No que se refere aos filhos residentes das mães – 17 raparigas e 31 rapazes (todos com idade inferior a 18 anos) – dezoito mães tinham um ou dois filhos (respetivamente, $n = 8$ e $n = 10$) e as restantes seis mães tinham três ($n = 4$) ou quatro ($n = 2$) filhos. A idade média dos filhos era 5.75 anos ($DP = 4.54$). Duas mães informaram que tinham filhos com problemas de saúde e duas mencionaram problemas de desenvolvimento. Relativamente a apoio técnico especializado, cinco participantes indicaram apoio educativo na escola, sete reportaram apoio psicológico e três referiram terapia da fala.

Quadro 1

Características da Amostra

Característica	(n = 24)
Etnia	
Caucasiana	13
Africana	8
Cigana	3
Estatuto Profissional	
Empregada	5
Desempregada	17
Reformada	1
Estudante	1
Habilitações Literárias	
< 5 anos	2
5-6 anos	6
7-9 anos	7
10-12 anos	9
Ensino Superior	0
Estatuto Relacional	
Casada/Coabitação Conjugal	17
Divorciada/Separada	5

Sem Relação Conjugal	2
Religiosidade	
Crente	18
Não Crente	6
Acompanhamento Psicológico/Psiquiátrico	
Nunca teve	22
Tem atualmente (ou já teve)	2
Problemas de Saúde	
Não	22
Sim	2

A seleção da amostra foi efetuada com a colaboração de algumas Instituições Portuguesas de Solidariedade Social (IPSS). Estas IPSS contactavam diretamente as mães que preenchiam os critérios de inclusão (viver em Portugal; ter filhos entre os 2 e os 17 anos; habitar com os filhos ou ter filhos em acolhimento temporário devido a parentalidade de risco; beneficiar do rendimento social de inserção devido a desvantagem económica e social), com o objetivo de informar sobre os objetivos e procedimentos da investigação e convidar para a participação voluntária e gratuita no estudo. Quando as mães concordavam, as IPSS marcavam as entrevistas e informavam a equipa de investigação.

Instrumento

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas que incluíam os seguintes tópicos: *significações de “boa mãe”* (e.g., “O que significa, na sua opinião, ser uma boa mãe?”); *auto-caracterização parental* (e.g., “Como se descreve a si mesma como mãe?”; “Se outras mães e pais lhe pedissem emprestado algumas das suas melhores qualidades para poderem ser melhores pais, o que lhes poderia emprestar?” “E o que pediria emprestado

a outras mães e pais para ser ainda uma melhor mãe?"); *percepção sobre os filhos* (e.g., "Gostaria que me falasse um pouco sobre cada um dos seus filhos"; "Quais as características que mais/menos gosta nos seus filhos?"); *práticas parentais* (e.g., "Aqui, nesta folha, está uma lista de comportamentos que alguns pais têm e outros não. Gostaria de conversar consigo sobre estes comportamentos: se lhe acontece ou não, quando, porquê..."; "Gostava que se lembrasse do último mês e me contasse uma situação que se tenha passado com os seus filhos, e que a tenha deixado muito contente/aborrecida – como explica o que se passou?; como reagiu?"); *fontes de apoio* (e.g., "O que/quem a ajuda a ser uma boa mãe?" Se pudesse dar um prémio à pessoa que mais a ajuda a ser mãe, quem ganharia o prémio?"); *recompensas, dificuldades e desafios* (e.g., "Qual é a melhor coisa de se ser uma boa mãe?"; "Gostaria de ouvi-la sobre as suas principais dificuldades como mãe e como lida com elas". Foi ainda pedido às participantes que avaliassem (justificando a resposta) a sua *satisfação parental* relativamente ao desempenho do seu papel como mãe, ao comportamento dos filhos e à relação com eles. De modo a facilitar a sua autoavaliação, e considerando a baixa escolaridade de várias mães, era utilizado um cartão com a forma de uma régua ilustrada com imagens elucidativas numeradas e qualificadas de 1 ("muito insatisfeita") a 5 ("muito satisfeita"). Ainda como forma de explorar percepções e vivências parentais não centradas nos próprios pais, no final da entrevista, eram mostradas fotografias retiradas da *net* com imagens de várias situações familiares particularmente alusivas a práticas parentais e sugeria-se às participantes que comentassem as fotografias, procurando imaginar, em cada fotografia, o que se tinha passado, o que estava a acontecer o que se ocorreria a seguir. A informação sociodemográfica era recolhida no início da entrevista e imediatamente registada pelos investigadores numa ficha de dados.

Todas as entrevistas – individuais e com uma duração entre 60 a 90 minutos - decorreram nas instalações das IPSS. Antes do início das entrevistas, os investigadores contextualizavam a investigação e forneciam informação sobre objetivos, procedimentos da entrevista, direito de não responder a todas as questões colocadas, garantia de confidencialidade das respostas, e solicitavam o consentimento informado bem como a autorização para a gravação áudio da entrevista. Após a entrevista, os investigadores davam o contacto eletrónico da equipa de investigação para o caso de as participantes desejarem esclarecer alguma dúvida ou colocar questões. As mães eram também informadas que, se considerassem necessário, o Serviço à Comunidade da FPUL poderia prestar apoio psicológico.

Análise de Dados

Os dados foram analisados a partir do *software* de análise qualitativa de dados, NVivo, versão 11. As entrevistas que constituíram o presente estudo foram importadas para o NVivo, de forma a ser realizada uma análise temática pelo investigador principal do presente estudo, sob supervisão da orientadora da dissertação, tendo sido considerados os procedimentos propostos por Braun e Clarke (2006). A análise temática (Braun e Clarke, 2006) permite identificar, analisar e reportar os temas que emergem a partir dos dados assim como auxilia na organização e descrição dos dados de forma rica e detalhada. A análise temática implica seis etapas, tal como é referido por Braun e Clarke (2006): (1) familiarização com os dados; (2) codificação inicial dos dados; (3) procura de temas; (4) revisão de temas; (5) definição e atribuição de temas e, por fim, (6) início da escrita. Considerando o presente estudo, a fase de familiarização correspondeu à leitura e releitura dos dados, de modo a facilitar a aproximação e conhecimento com os mesmos. Na fase seguinte, foi realizada uma codificação inicial dos dados, construindo-se assim “categorias” relevantes para a questão de investigação. A fase de procura de temas ocorreu através da observação das categorias que poderiam possivelmente formular temas significativos para o presente estudo. A quarta fase da análise temática – revisão de temas - baseou-se na integração e comparação do que tinha sido feito anteriormente, através da formulação de possíveis temas que pudessem conter informações de resposta adequada às questões de investigação. A quinta fase – definição e atribuição de temas, surgiu por influência de todas as etapas cumpridas anteriores e possibilitou uma revisão mais detalhada de cada tema, com a atribuição de títulos que espelhassem o discurso dos participantes. Para a finalização deste processo de análise dos dados, prosseguiu-se para a escrita da descrição dos resultados e sua discussão, esta em estreita ligação com a revisão de literatura efetuada (Maguire & Delahunt, 2017).

Resultados

A partir da análise qualitativa dos dados, e considerando as questões de investigação anteriormente referidas – Que temas emergem nas crenças específicas sobre parentalidade em mães de contexto de desvantagem económica e social?; Que outras crenças gerais emergem nas narrativas sobre parentalidade em mães de contexto de

desvantagem económica e social? –, foi possível verificar a emergência de onze temas principais, os quais se enunciam no Quadro 2 e Quadro 3.

Quadro 2

Crenças das mães de contexto de desvantagem económica e social sobre a parentalidade

<i>Temas emergentes</i>
Pilares da parentalidade
Práticas parentais
Princípios-guia
Pais perigosos
Filhos
Transição para a parentalidade
Propriedades da maternidade
Crítica social sobre a parentalidade
Género dos pais no desempenho da parentalidade

Quadro 3

Crenças das mães de contexto de desvantagem económica e social sobre a realidade no geral

<i>Temas emergentes</i>
Vida, sociedade e cultura
Família

Parentalidade

A análise qualitativa das entrevistas revelou relativamente à *parentalidade*, crenças sobre *pilares da parentalidade*, *práticas parentais*, *princípios-guia*, caracterização de *pais perigosos*, *filhos*, *transição para a parentalidade*, *propriedades da maternidade*, *crítica social sobre a parentalidade* e *género dos pais no desempenho da parentalidade*. Todas as participantes da amostra do presente estudo mencionaram crenças relativas ao *género dos pais no desempenho da parentalidade*. Os *pilares da parentalidade*, os *princípios-guia* e *práticas parentais* foram também mencionados com grande relevância, na medida em que foram referidos pela quase totalidade das 24 participantes.

Pilares da parentalidade

As participantes destacaram na parentalidade *pilares positivos* referentes ao *afeto*, nomeadamente o *dar afeto, ser uma mãe presente, dar atenção aos filhos* – “Que afeto eu acho que é o mais importante” (M10, 31, monoparental, 2F²), “Estarmos lá quando eles precisam, é ser amiga, confidencial, sei lá, é tanta coisa. Eu acho que os pontos principais é sinceridade, o amor, a pontualidade com eles” (M20, 43, biparental, 3F), “Seja carinhosa, amiga, confidente” (M14, 40, monoparental, 4F), “muitas vezes vezes, e sempre que necessário... uma mãe deve sempre dar carinho a um filho.” (M27, 28, biparental, 2F), “Uma boa mãe é assim...é acompanhar os seus filhos, não é? Em tudo, em tudo o que é na vida” (P23, monoparental, 1F), “Então olhe é dar atenção, carinho, amor e tar sempre na altura que eles precisarem, no bem e no mal” (M19, 33, biparental, 5F); as mães revelaram também o valor em dar *orientação aos filhos* – “Pois, e orientar” (M11, 21, monoparental, 1F), “então, é ensinar eles, não faz é pa não fazer... essas coisas assim...” (M15, 25, biparental, 1F), “estar lá para tudo e acompanhá-los em tudo o que puderem” (M26, 37, monoparental, 5F), “Fazer ver as coisas diferentes daquilo que é na realidade. Eles tão mais na fantasia e agente tenta pôr no real. É mais isso.” (M25,34, biparental, 1F); evidenciaram o poder da *comunicação* para a vida dos filhos – “Sempre a tentar conversar, porque eu acho que a conversa é a melhor maneira de uma criança aprender o que é certo e o que é errado” (M12, 27, biparental, 1F), “não é com vinagre que se mata moscas, é a gente a falar com eles” (M18, 43, monoparental, 3F); a importância da *transmissão de valores* às gerações seguintes para que os filhos aprendam e interiorizem normas sociais de modo a que o *respeito* pelo outro se desenvolva progressivamente. Por fim, a *disciplina*, reforçando parte das mães que *ter regras e educação* é crucial na relação com os pares e adultos – “acho que é importante ter regras” (M10, 31, monoparental, 2F), “dar-lhe educação (...) ensinar” (M18, 43, monoparental, 3F), “ser rígida com as regras tem de ser porque com três tem mesmo de ser se não aquela casa andava na casa da tia joana” (M3, 21, biparental, 2F), “Temos de ter regras” (M5, 30, biparental, 3F).

² A letra M e o número que a segue correspondem à codificação de cada mãe. Os números após a letra correspondem à idade das mesmas. Segue-se a descrição da família como monoparental ou biparental. Por fim, é identificada a quantidade de filhos de cada participante.

Práticas parentais

No que concerne às práticas parentais, a narrativa das participantes do presente estudo, cingiu-se a crenças relativas ao *controle indutivo*, *controle psicológico*, *controle coercivo* e *punição física*. Relativamente à *punição física*, mais de metade das mães da amostra afirmaram que “*bater não é a solução*”, assim como outras mães referiram que “*bater criar revolta e raiva nos filhos*”, “*castigos físicos são uma violência*” e “*não se deve puxar as orelhas*”. No entanto, outras seis mães afirmaram que “*puxar uma orelha não é nada de outro mundo*” e que a palmada poderá ser “*terapêutica*” sem que cause qualquer tipo de dano à criança. O controle psicológico foi também alvo de críticas por parte de 18 das 24 participantes, acreditando a maioria que “*não é correto fazer ameaças aos filhos*”, que “*é errado humilhar as crianças*” tanto em contexto público como privado e reforçaram ainda que “*ignorar os filhos não é bom*” nem “*dizer que não se gosta dele*”. O uso de controle indutivo foi a prática parental que as mães mais concordaram em ser exercitada com os filhos, sendo referida por mais de metade das participantes. A *comunicação* ganha assim um grande destaque por parte das mães, que consideram um meio fundamental para ensinar os filhos a distinguir o certo do errado – “*eu acho que a conversa é a melhor maneira de uma criança aprender o que é certo e o que é errado*” (M12, 27, biparental, 1F), “*eu acho que uma boa conversa, primeiro conversamos antes do castigo*” (M14, 40, monoparental, 4F), “*A gente em vez de bater é chamar, senta-se e explica. Para eles perceberem que não devem fazer*” (M19, 33, biparental, 5F).

Princípios-guia

Os resultados do presente estudo evidenciaram vários *princípios-guia* no que diz respeito ao *exercício da parentalidade*, de acordo com as suas convicções pessoais, traduzindo-se em linhas orientadoras do modo como os *pais não devem agir*, o que *devem saber sobre a parentalidade*, *questões nodais no exercício da parentalidade* e *preparação para o futuro*. Relativamente à forma como os *pais não devem agir*, algumas mães verbalizaram *não ser correto dormir enquanto os filhos estão acordados* – “*Quem vai dormir e deixa assim duas crianças acordadas? Não são boas mães mesmo*” (M15, 25, biparental, 1F); e *não dizer asneiras à frente dos filhos* – “*tento controlar-me mas as asneiras saiem-me... não é muito bom eu sei...*” (M26, 37, monoparental, 5F); e *não ser correto os filhos perceberem quando os pais estão tristes*. No que toca ao que os *pais devem saber* para assumir a responsabilidade de criar um filho, grande parte das mães concorda que o principal é *saber cuidar* – “*tens de saber muito bem cuidar de uma*

criança...” (M27, 28, biparental, 2F), “é quem cuida, cria, educa (...) é dar atenção quando ele precisa, estar com ele sempre” (M9, 19, monoparental, 1F); e que *ninguém é perfeito* – “procuro dar a melhor educação possível porque ninguém é perfeito” (M10, 31, monoparental, 2F), “ninguém é perfeito mas todos temos de nos esforçar para dar o nosso melhor” (M14, 39, biparental, 2F).

As questões nodais no exercício da parentalidade foram referidas por quase todas as mães do presente estudo. As participantes referiram crenças sobre dar *prioridade aos filhos* – “tens uma responsabilidade para a vida toda porque uma mãe pensa no filho até mesmo quando o filho já tem 40 anos” (M12, 27, biparental, 1F), “mas tá ali sempre. Ter problemas, mas para as costas. Primeiro tá os filhos” (M19, 33, biparental, 5F); a importância de *ser amiga dos filhos* – “Uma boa mãe é uma mãe amiga” (M12, 27, biparental, 1F), “é a minha melhor amiga, é tudo... a minha confidente... a minha mãe...” (M17, 38, monoparental, 2F); a imperiosidade de *ser mãe e pai* referida pela maioria das participantes monoparentais – “Sim e do A. sou mesmo pai e mãe” (M10, 31, monoparental, 2F), “Eu sou pai e sou mãe” (M14, 40, monoparental, 4F); e por último, *dar o que os filhos precisam* – “É dar aquilo que os nossos filhos precisam” (M18, 43, monoparental, 3F), “ajudá-los em tudo o que eles precisam” (M26, 37, monoparental, 5F).

Pais perigosos

As vozes das entrevistadas revelaram que o principal fator para um pai se constituir como uma base pouco securizante para o bem-estar e crescimento saudável dos filhos é a *negligência parental*, uma vez que advêm *consequências psicológicas* para as crianças – “Devem-se sentir mal” (M19, 33, biparental, 5F), “os filhos sentem-se abandonados” (M17, 38, monoparental, 2F), “as crianças sentem-se sozinhas” (M27, 28, biparental, 2F). As participantes referiram também crenças sobre as consequências nocivas dos *maus-tratos*, sobretudo associados ao *consumo de álcool* – “Ele vai ficar espancado de certeza em cima do sofá a chorar e o pai vai sair, vai beber uns copos que é assim que funciona” (M12, 27, biparental, 1F), “há pais também que não são bons, bebem e batem aos filhos” (M18, 43, monoparental, 3F).

Filhos

A análise das entrevistas revelou que ao nível do tema *filhos*, surgem predominantemente crenças associadas ao *comportamento dos filhos* e *idade dos filhos*, uma vez que foram crenças mencionadas por mais de metade da amostra do presente estudo. Foram ainda referidas crenças sobre as *necessidades dos filhos* por cerca de um terço das mães que constituem a amostra. No que concerne ao comportamento dos filhos, as opiniões predominantes são relativas à *influência do meio*, sobretudo as amizades que “às vezes estraga muito” (M11, 21, monoparental, 1F) e “porque às vezes os miúdos são sossegados e as amizades...” (M18, 43, monoparental, 3F), “a circunstâncias, a maneira deles viverem a vida, o meio que as rodeia que pode fomentar mais certas características ou outros” (M16, 39, biparental, 2F); o *poder da genética*, do que consideram ser inato – “não sei, devido ao berço” (M5, 30, biparental, 3F), “acho que eles já nasceram assim” (M17, 38, monoparental, 2F); e também ao que consideram ser *comportamentos comuns* em determinadas faixas etárias, como o *errar ser algo normal* e a *manifestação de birras* – “o meu M não posso apontar porque ele é pequenino... é... um típico menino que faz as típicas asneiras dos meninos de dois anos...” (M17, 38, monoparental, 2F), “eu acho que errar nas crianças é normal” (M20, 43, biparental, 3F), “tirava algumas birras que eles às vezes fazem birras sem necessidade nenhuma, como qualquer criança o faz” (M24, 27, monoparental, 3F), “porque as birras é normal de todas as crianças” (M3, 21, biparental, 3F).

No que toca à idade dos filhos, destacam-se crenças sobre duas etapas do ciclo de vida a *infância* e a *adolescência*. A fase da infância tem como denominador comum a *falta de compreensão* por parte das crianças do que é transmitido pelos pais, uma vez que “ele ainda é pequeno, ainda não tem capacidade de entender tudo” (M10, 31, monoparental, 2F), “a mais pequenina eu tento, mas ela não percebe...” (M26, 37, monoparental, 5F), “Meto-os de castigo às vezes, mais a mais velha, que os outros ainda não percebem muito” (M3, 21, biparental, 3F).

A adolescência é uma etapa perspetivada por quase metade das mães que compõem a amostra, como uma fase *complicada*, sendo assim caracterizada sobretudo por mães monoparentais – “porque ele é um adolescente e os adolescentes fazem muita porcaria” (M17, 38, monoparental, 2F), “Tamos agora na adolescência, que ele entrou, falar de coisas, problemas que ele tenha. Aqueles problemas que os homens têm” (M25, 34, biparental, 1F); muitas vezes associada a *consumos excessivos* “faz-me muita confusão esta rapaziada beber e beber” (M23, monoparental, 1F), “aqui do bairro (...) já

fumam gansas andam de maço de tabaco no bolso” (M17, 38, monoparental, 2F) e afastamento na *relação diádica mãe-filho*, “porque a maioria das mães abandonam os filhos nessas idades” (M25, 34, biparental, 1F). Por fim, em relação às *necessidades dos filhos*, as mães falaram sobretudo na *necessidade de ter mãe e ter pai* – “Porque uma mãe (...) nunca vai conseguir ser um pai” (M12, 27, biparental, 1F).

Transição para a parentalidade

As entrevistadas destacaram, na sua grande maioria, que na transição para a parentalidade *a vida muda muito ou tudo* – “quando se tem um filho muda tudo” (M12, 27, biparental, 1F), “Mudou a minha vida, não posso dizer mais nada. Mudou a minha vida completamente” (M17, 38, monoparental, 2F). As principais mudanças referidas pelas entrevistadas são de *cariz económico*, de *responsabilidades parentais* e de *tempo pessoal e de lazer* – “Responsabilidade, o tempo, o dinheiro que nunca chega para nada” (M16, 39, biparental, 2F), “para mim mudou em termos de ter aprendido a ser mais mulherzinha, fui mãe nova, mudou as rotinas” (M24, 27, monoparental, 3F), “quando a gente ficamos mães já não podemos sair à vontade, já não podemos acompanhar as outras pessoas que não têm filhos” (M24, 27, monoparental, 3F), “Sim mudou (responsabilidade), e maturidade” (M2, 35, biparental, 2F), “Deixamos de ter tempo para nós” (M6, 26, biparental, 2F), “ter um filho é uma responsabilidade, tem que aprender a fazer tudo, saber lidar com ele, saber o que ele quer, o que ele não quer” (M8, 28, monoparental, 2F). A análise das entrevistas revelou ainda a importância da *idade da mãe* na transição para a parentalidade, afirmando que as *responsabilidades parentais* e *perspetivas em relação ao mundo* são diferentes com o passar dos anos – “eu com a minha filha mais velha parecia mais irmã do que mãe, porque a minha mãe é que tinha mais aquele devaneio de dar banho e vestir”, “Eu (na altura do primeiro filho) queria era ir sair com as minhas amigas” (M14, 40, monoparental, 4F), “e era mais jovem... se eu fosse agora mãe com 28 anos, eu era mais madura... não se compara a minha maturidade hoje com a que eu tinha quando fui mãe aos 19...” (M27, 28, biparental, 2F).

Propriedades da maternidade

Os resultados evidenciaram no discurso das mães cinco principais propriedades descritivas da maternidade: *alicerce*, *evolutiva*, *instintiva*, *proprietária*, *única*. A maternidade como sendo *evolutiva* foi a propriedade mais relevante, dado que foi mencionada por nove das 24 participantes da amostra em estudo. Estas participantes

partilhavam da ideia de que ser mãe é uma *constante aprendizagem*, com regular *vontade de aperfeiçoar as funções maternas* – “acho que nunca vamos estar muito satisfeita mas sim só satisfeita porque sempre vamos buscar mais” (M12, 27, biparental, 1F), “acho que nunca tá bom o nosso desempenho como mãe, a gente acha sempre que pode fazer melhor” (M17, 38, monoparental, 2F), “eu acho que a idade também ajuda, havia já uma maturidade completamente diferente a nível de conhecimento” (M20, 43, biparental, 3F). Outras propriedades da maternidade foram também mencionadas por algumas mães: *instintiva* – “Para além de amiga... acho que protetora já é o nosso instinto” (M12, 27, biparental, 1F), “Eu acho que também tem a ver com o instinto maternal” (M20, 43, biparental, 3F); *proprietária*, prevalecendo a ideia de *posse dos filhos* – “Se eu tiver que ralar com eles ralho! Que eu sou mãe deles porra! (risos) Para alguma coisa os carreguei” (M17, 38, monoparental, 2F), “Abandono o meu marido ou o pai dele, agora o meu filho não, é meu” (M18, 43, monoparental, 3F), “Eles são nossos, somos nós que os geramos, tudo isso” (M20, 43, biparental, 3F); *alicerce*, com o predomínio da ideia de que “*ser mãe é ser tudo*” – “a minha mãe é o meu pilar (...) acho que uma mãe é tudo... acho que a palavra mãe diz tudo” (M17, 38, monoparental, 2F); por fim, *única*, no que diz respeito aos laços afetivos criados – “uma mãe é sempre mãe (...) Pelo menos os meus dois filhos que tenho, homens, sempre foram mais chegados para mim” (M18, 43, monoparental, 3F).

Crítica social sobre a parentalidade

A *incompetência parental* no exercício das suas responsabilidades emergiu como a única crítica social referida por um terço das participantes da amostra do presente estudo. As mães manifestaram crenças tanto ao nível da *incompetência materna* como ao nível da *incompetência paterna e materna*. Os resultados revelam que a incompetência materna é associada por estas mães ao *abandono* dos filhos – “a maior parte das mães abandonam os filhos nessas idades” (M25, 34, biparental, 1F), “Mas da maldade que eu vejo certas mães fazerem aos bebés, porem no lixo, abandonarem também mas aquele abandono que chega numa instituição e deixar” (M14, 40, monoparental, 4F); às *práticas parentais*, relacionadas sobretudo com a *falta de presença e atenção* – “há más mães que não podem tar sempre com os filhos.” (M25, 34, biparental, 1F), “assim como também há aquelas mães que estão um dia inteiro com os filhos e mesmo assim não lhes dão a atenção necessária” (M27, 28, biparental, 2F); e também, à *falta de competência no desempenho do papel de mãe* – “o bater não resolve nada... sei lá... tá ai tanta gente que

não merecia ser mãe, meu deus!” (M17, 38, monoparental, 2F), “Vejo muito pai aí que faz coisas melhores que mães, há muita mãe aí doida” (M10, 31, monoparental, 2F). No que concerne à *incompetência paterna e materna*, o foco dos relatos foram sobretudo sobre o *maltrato físico* – “agora temos visto tantos pais que matam os filhos, tantos pais que fazem coisas com os filhos” (M12, 27, biparental, 1F), “porque eu já vi às vezes na net maus-tratos, ou porque não querem tomar banho (...) então os pais tentam bater nos filhos por qualquer coisinha, os pais ou as mães”; e na *falta de interesse pelos filhos* – “Por exemplo há pais que têm os filhos só para receber ajudas da Segurança Social...” (M25, 34, biparental, 1F), “há pais que iam deixar os filhos às sete da manhã e ainda iam buscar atrasados (...) esqueciam os filhos” (M12, 27, biparental, 1F), “se eu tivesse um bocado de poder havia mães e pais, deus me perdoe mas eu liquidava-os” (M14, 40, monoparental, 4F).

Género dos pais no desempenho da parentalidade

Os resultados evidenciaram que 19 das 24 mães que constituem a amostra do presente estudo consideram que existem diferenças entre assumir o *papel de mãe* e assumir o *papel de pai*, emergindo a ideia de que as mães são mais *cuidadoras* do que os pais – “a mãe tem mais prática” (M2, 35, biparental, 8F) “sou eu quem preocupa, sou eu que faço tudo” (M8, 28, monoparental, 2F); que *melhor conhecem os filhos* – “o pai não sabe se (o filho) está aborrecido se está triste” (M18, 43, monoparental, 3F), “a mãe tem aquele pressentimento (...) aquele instinto (...) os pais não” (M19, 33, biparental, 5F), “eu acho que a mãe sempre sabe de um filho mais do que o pai” (M7, 27, biparental, 2F); que são *mais afetivas com os filhos* – “A mãe ama o filho incondicionalmente, demonstra isso a todo o instante, o homem é mais frio” (M12, 27, biparental, 1F), “os pais são um bocadinho mais frios, embora também gostem acho que não dão tanto aquele apoio aquela atenção” (M26, 37, monoparental, 5F), “Nós mães temos mais aquela necessidade de dar sempre carinho, afeto” (M5, 30, biparental, 3F); que são *mais presentes e apoiantes* – “por norma também exigimos mais de nós e queremos estar mais presentes e os pais são mais terra a terra” (M16, 39, biparental, 2F), “A mãe está ali sempre do lado, a mãe está ali sempre presente, a mãe é que trata deles quando precisam, a mãe é que trata deles quando estão doentes” (M24, 27, monoparental, 3F), “Então a mãe tá sempre lá. A mãe é que vai com ele ao médico, a mãe é que trata das coisas da escola” (M25, 34, biparental, 1F).

Vida, sociedade e cultura

Sobre a vida e a sociedade

A análise qualitativa evidenciou que sobre a vida e a sociedade surgiram *crenças positivas, crenças negativas, crenças de imprevisibilidade do futuro, crenças sobre a educação, crenças sobre a estabilidade laboral*.

As *crenças negativas* sobre a vida e sobre a sociedade surgiram como as mais relevantes, na medida em que foram referidas por 12 das 24 participantes da amostra do presente estudo. Estas participantes revelam a *não facilidade na vida* – “Que a vida não é fácil” (M14, 40, monoparental, 4F), “Com a minha mãe aprendi que a vida não é sempre muito fácil” (M5, 30, biparental, 3F); o *mundo como sendo um lugar perigoso* – “Sou uma mãe muito preocupada porque ouve-se muito falar de pedofilia, de abusos” (M12, 27, biparental, 1F), “Agora, neste tempo, há muita maldade no mundo” (M18, 43, monoparental, 3F), “estamos num mundo onde há muita maldade e tens de ensinar muito e de dizer as coisas como elas são...” (M27, 28, biparental, 2F); e a *injustiça existente na sociedade* – “mas sim para a sociedade que infelizmente nem sempre é justa mas acho que estou a fazer como deve ser” (M12, 27, biparental, 1F), “o mundo não é justo mas temos de dar sempre o nosso melhor” (M16, 39, biparental, 2F). Quanto às *crenças positivas* foram mencionadas por quase metade das participantes, os resultados revelam que os *erros ajudam a crescer, que os problemas ultrapassam-se, que temos de lutar por aquilo que queremos*. As *crenças sobre a imprevisibilidade do futuro* foram também verbalizadas por várias participantes que consideram *não ter controlo* sobre o que acontece no futuro. Emergiram, ainda, *crenças sobre a educação* sendo referido por um cerca de um quarto da amostra a ideia de que a *educação escolar tem valor*. Por fim, as *crenças sobre a estabilidade laboral* prendem-se com a *importância de ter um emprego*.

Singularidades culturais

A análise dos dados revelou *crenças sobre singularidades culturais* relativas sobretudo à *etnia africana* e *etnia cigana*. Em relação à *etnia africana*, emergiram *crenças associadas ao uso da punição física* e do *afeto* dado aos filhos – “Como eu sou africana e na nossa educação é uma boa palmada no rabiosque e resulta” (M10, 31, monoparental, 2F), “lá em África é diferente o bater, aqui tem-se mais o hábito de falar, de conversar, tentar explicar... mas se fosse em África era a bater...” (M28, 35, biparental, 2F), “eu sou Africana (...) os meus pais não me deram assim muito amor, muito carinho, não me

lembro da minha mãe me dar um beijo no rosto (...) não me lembro dessas coisas” (M10, 31, monoparental, 2F). A análise destacou crenças sobre a *idade* com que as mulheres da etnia cigana são mães, assim como o *estilo de vida* que possuem – “a vida dos ciganos isto está acabar, isto já não é vida para ninguém” (M18, 43, monoparental, 3F), “Na nossa etnia (cigana) é normal casar com 15 anos e é mãe com 15 anos...” (M27, 28, biparental, 2F).

Família

Ambiente familiar

No que concerne ao ambiente familiar, as mães enumeraram a *estabilidade familiar* e a *união familiar* como as duas características mais importantes para a permanência de um ambiente familiar saudável. Um *ambiente estável* e a *presença de ambos os pais* foram enumerados de modo igualitário pelas entrevistadas como fundamentais para a *estabilidade familiar* – “ter um sítio estável, de ter uma casa como deve ser, não é umas barracas como a gente vê aí. É crescer num ambiente saudável” (M25, 34, biparental, 1F), “têm um ambiente familiar ótimo, onde somos todos alegres lá em casa...” (M17, 38, monoparental, 2F), “Porque em casa não tem chatices, em casa não tem brigas, está bem em casa, se você está bem em casa, o resto também vai estar bem” (M10, 31, monoparental, 2F), “Porque uma mãe, por mais que seja uma mãe-pai, nunca vai conseguir ser um pai porque um pai faz falta na vida de uma criança, faz falta” (M12, 27, biparental, 1F), “Eu costumo dizer que uma casa tem que ter homem sempre” (M10, 31, monoparental, 2F), “por exemplo, na questão do futebol. Eu nunca quis pôr o meu filho porque o pai não está cá (...) Nesta questão de...estou doente e nisso senti muito a falta do pai” (M23, monoparental, 1F). Relativamente à *união familiar*, as mães focaram-se sobretudo na *relação de fratria* – “tento mostrar que eles devem ser amigos e desculparem-se uns aos outros”, “eu tento explicar até digo que gostava que quando fossem mais velhos fossem unidos” (M26, 37, monoparental, 5F), “tento fazer uma família unida, manterem-se unidos independentemente de algum que faça uma asneira mais grave” (M26, 37, monoparental, 5F), “O que é que eu lhes ensino tanto? Que a família é sempre para cuidar, é sempre uma união” (M3, 21, biparental, 3F).

Família de origem

A análise mostrou que as participantes relataram de modo igualitário crenças sobre a *continuidade educativa transgeracional* e *descontinuidade educativa transgeracional* no que concerne à família de origem. A ideia predominante na *continuidade educativa transgeracional* relatada pelas mães é a de que *a educação que recebemos é aquela que transmitimos* – “acho que cada pai teve a sua educação e educação que damos nos nossos filhos é a que os nossos pais nos deram” (M10, 31, monoparental, 2F), “A minha mãe nunca fez isso comigo então também não devo fazer isso com o meu filho” (M12, 27, biparental, 1F), “eu ouvia o meu pai falar e naquela altura não ligava também (...) mas depois mais tarde (...) nós fazemos nesse seguimento” (M20, 43, biparental, 3F), “Isso aprendi com a mãe e com o meu pai, que já morreu, e com o meu avô que também já morreu” (M8, 28, monoparental, 2F). No que toca à *descontinuidade educativa transgeracional*, a crença dominante é a de que *não se devem repetir os erros dos pais* – “Temos aquela coisa de dizer “eu não quero ser como os meus pais foram comigo” (M12, 27, biparental, 1F), “sou muito aberta, o que eu não tive da minha mãe, eu sou muito mais aberta” (M12, 27, monoparental, 1F), “Nunca me explicaram a mim e eu acho que se a gente souber o porquê das coisas às vezes facilita” (M16, 39, biparental, 2F), “aquilo que a gente não teve então a gente tenta dar sempre, mais e mais aos nossos” (M19, 33, biparental, 5F).

Discussão

Pretendia-se, na presente investigação, aprofundar o conhecimento contextualizado de crenças parentais (gerais sobre a realidade e específicas sobre a parentalidade) associadas à vivência da parentalidade de mães em contexto de desvantagem económica e social.

De forma a cumprir este objetivo, formulámos duas questões de investigação - *Que temas emergem nas crenças específicas sobre parentalidade em mães de contexto de desvantagem económica e social?; Que outras crenças gerais emergem nas narrativas sobre parentalidade em mães de contexto de desvantagem económica e social?* – que nos orientaram na análise qualitativa das entrevistas realizadas. Com a análise dos resultados, percebemos que as temáticas mais mencionadas pelas participantes foram sobre a parentalidade (e.g., género dos pais no desempenho da parentalidade; princípios-guia;

pilares da parentalidade; práticas parentais; transição para a parentalidade e filhos), a família (e.g., ambiente familiar), a vida, sociedade e cultura (e.g., vida e sociedade; singularidades culturais).

Parentalidade

A partir da análise das entrevistas, conseguimos compreender que as mães consideram que a parentalidade deve ser uma relação diádica baseada no afeto, orientação, disciplina e respeito. Acreditam, assim, que é a partir destes eixos que se constrói uma parentalidade equilibrada. Tal caracterização que as mães fazem é concordante com a descrição que Sperling e Mowder (2006) fazem da parentalidade a partir das seis características centrais que definem o papel de ser pai: disciplina; educação; responsividade; sensibilidade; bem-estar e proteção; e por fim, estabelecimento de laços. Considerou-se um resultado inesperado as mães referirem o afeto como eixo para uma parentalidade equilibrada, uma vez que na literatura, em contextos de desvantagem económica e social, as relações entre pais e filhos tendem a ser vincadas por baixos níveis de afeto e envolvimento com os filhos (Conger et al., 2010; Jeon & Neppl, 2016). O facto de as mães terem salientado a orientação dos filhos poderá estar associado às situações de perigo que decorrem em contextos de desvantagem económica e social e que acarretam um impacto negativo nas crianças e jovens (Jeon & Neppl, 2016; Nurius et al., 2015).

Associado à parentalidade surgiram também crenças sobre práticas parentais, que revelaram que grande parte das mães considera o uso de práticas indutivas (e.g., recurso à comunicação) como sendo mais eficazes na educação dos filhos, dado que, dessa forma, os filhos terão oportunidade de aprender e distinguir atitudes adequadas de atitudes desadequadas. Hoffman (1975) defendeu que as práticas indutivas e, por conseguinte, a comunicação é uma estratégia fundamental para a manutenção da relação pai-filho. Este resultado foi surpreendente, uma vez que a maioria das mães que constitui a amostra apresentou sinalização (no passado ou atual) por parentalidade de risco (e.g., negligência; maltrato físico). Este resultado poderá ser explicado por algum efeito da intervenção psico-social a que as participantes estiveram ou estão sujeitas devido à sinalização por parentalidade de risco. Ainda assim, algumas mães, sobretudo de etnia africana, defenderam a prática da punição física (e.g., palmada) como parte da educação e crescimento dos filhos, afirmando ser eficaz em muitos casos, sem admitir qualquer prejuízo para as crianças. Este resultado vai de encontro ao que obtivemos nas crenças sobre as singularidades culturais - mães de etnia africana tenderem a aceitar o uso de

punição física. Os autores, Friedson (2016) e Pinderhughes et al. (2000) verificaram que existem fortes associações entre mães afro-americanas e práticas parentais autoritárias. A literatura empírica também evidencia que em contextos de desvantagem económica e social é habitual o recurso a estilos parentais autoritários e consequente punição física (Nepl et al., 2016; Durant & Ensom, 2012; Friedson, 2016; Mackenzie et al., 2015). As mães teceram ainda críticas relativas ao controlo psicológico por parte de alguns pais, uma vez que não consideraram correto para uma criança ou jovem passar pelo sentimento de abandono, incompetência ou humilhação.

No decorrer das entrevistas, as participantes referiram ainda princípios-guia para o exercício da parentalidade, maioritariamente relacionados com a proteção e o afeto: a importância do cuidar, satisfação das necessidades (e.g., saúde, educação, bens materiais), estabelecer amizade com os filhos e ter os filhos como prioridade nas decisões maternas. Apesar das adversidades na vida das mães, as crianças deverão permanecer como foco para qualquer decisão dos pais – sendo esta perspetiva concordante com o que é defendido por Kelly (2009), sendo o cuidado e a preocupação as bases para as decisões das mães no que toca aos filhos. No mesmo sentido, Sperling e Mowder (2006) defenderam que os pais deverão identificar as necessidades dos filhos e ser responsivos e sensíveis, de maneira a satisfazê-las, fornecendo uma resposta adequada. Ainda assim, apesar de as mães referirem a importância da amizade e o estabelecimento de uma ligação saudável com os filhos, o resultado não é concordante com as evidências de Conger et al. (2010) e Jeon e Nepl (2016), de acordo com as quais, em ambiente de desvantagem económica e social, os pais tendem a níveis baixos de afeto e envolvimento com os filhos. Este resultado poderá explicar-se por algum nível de desejabilidade social, uma vez que se tratam de mães com histórico de parentalidade de risco e o que verbalizaram como princípios-guia para um bom exercício da parentalidade é incongruente com o seu passado parental. Pode-se ainda considerar algum efeito da intervenção psico-social a que estiveram ou estão sujeitas devido à sinalização.

Na opinião crítica de algumas mães, existem pais que tendem a ausentar-se do seu papel parental, e não só não estão dispostos a exercê-lo como também não estão disponíveis para assumir as responsabilidades que daí advêm, penalizando os cuidados e proteção dos filhos. A literatura sublinha que práticas parentais negligentes são comuns em contextos de desvantagem, acabando por gerar *stress* parental e, posteriormente, dificuldades na imposição e cumprimento de regras comportamentais (Morris et al., 2017; Pereira et al., 2015) com consequências físicas e psicológicas para as crianças.

Associadas ao desempenho parental estão as crenças que se constroem a propósito dos filhos. As mães, na sua maioria, apresentaram crenças formuladas sobre duas etapas do ciclo de vida dos filhos: a infância e a adolescência. A infância foi descrita em muitas narrativas como uma fase em que os filhos detêm menos capacidades compreensivas para avaliar o que está a ser transmitido e explicado pelos pais, sugerindo a inutilidade de práticas parentais reguladoras do comportamento em idades precoces. Em algumas culturas, predomina a crença de que, até uma certa idade não é muito eficaz conversar com as crianças. Por contraste, noutras culturas, o diálogo com as crianças é importante desde cedo (Senese et al., 2012).

As crenças sobre a adolescência sugerem, em consonância com a literatura, uma fase turbulenta, marcada pelo afastamento entre o adolescente e as figuras parentais e consequente construção e aproximação a um grupo social, com descoberta da independência (Laursen & Collins, 2009; Mastrotheodoros et al., 2018) e, envolta, por vezes, na experimentação e abuso de substâncias (McArthur & Moore, 2014; McKinney et al., 2008). Assim, de acordo com a visão das participantes, a relação entre mãe-filho tende a mudar, aumentando os conflitos e a dificuldade em resolvê-los, dado que os filhos se afastam e começam a ter abordagens menos positivas (e.g., compreender tudo o que é transmitido pelos pais como uma crítica) para com os pais.

A transição para a parentalidade, de um modo geral, é uma etapa de grandes mudanças e ajustamento pessoal e intrafamiliar (Carter & McGoldrick, 1995). Os resultados obtidos evidenciaram que essa transição é vista como uma mudança quase total da vida, a diferentes níveis – tempo de lazer, a insuficiência financeira e a responsabilidade. A responsabilidade de assumir um novo papel poderá sobrecarregar as mães na vida diária com a quantidade de funções a desempenhar (e.g., mãe, mulher, trabalhadora). Os autores Dow (2006), Wiklind et al., (2009) e Luster e Okagaki (2006) defendem que transitar para a parentalidade é ter a certeza de uma nova etapa, repleta de responsabilidades e desafios, com mudanças no tempo de qualidade com a rede social e tempo individual. Alguns autores verificaram que a transição para a parentalidade se associa a maior solidão (Razure et al., 2011), uma vez que as mães tendem a afastar-se das amigas e da vida que outrora tinham (e.g., vida noturna). Com a transição para a parentalidade, as despesas da família têm de ser repensadas para uma melhor gestão económica. Contudo, em contextos de desvantagem económica, tal gestão é particularmente difícil, não sendo frequentemente possível satisfazer todas as necessidades dos filhos. A insuficiência económica constitui-se assim como um fator de

stress e de risco, que como mencionado pela literatura, pode ter impacto severo no estado emocional dos pais e, conseqüentemente, no ajustamento psicológico dos filhos (e.g., Pinderhughes et al., 2000).

Cada figura parental tem a sua forma de agir no exercício da parentalidade. Sabe-se pois, que o desempenho na parentalidade não é perspetivado da mesma forma por todos os pais. As participantes teceram críticas associadas à incompetência parental, mencionando a falta de capacidades por parte de alguns pais em cumprir o seu papel parental. Destacaram sobretudo a negligência e o maltrato dos filhos – e.g., uso da punição física severa como meio disciplinar, abandono dos filhos e falta de presença e atenção. No entanto, a crítica à punição física que muitas participantes manifestaram nas suas narrativas é surpreendente, uma vez que não é congruente com o que a literatura evidencia sobre o uso de punição física recorrente em contextos de desvantagem económica e social (Durant & Ensom, 2012; Friedson, 2016; Lareau, 2011; Mackenzie et al., 2015). Este resultado poderá associar-se a um efeito de desejabilidade social, fornecendo respostas que possivelmente consideram moralmente aceitáveis.

Por fim, o género dos pais no desempenho da parentalidade foi também um destaque na nossa investigação. As mães, na sua grande maioria, consideraram existir diferenças entre assumir o papel de mãe e o papel de pai, verbalizando que são as mães a figura parental mais cuidadora, protetora, apoiante e presente na vida dos filhos, consistente com o que Bianchi, Robinson e Milkie (2006), Pinquart e Teubert (2010) e Brown et al., (2015) defenderam, ao encontrarem evidências de que as mães são mais planeadoras e organizadoras da vida dos filhos, assim como correspondem mais à satisfação de necessidades e apoio emocional.

Vida, sociedade e cultura

No que toca a crenças sobre a vida, sociedade e cultura, destacaram-se sobretudo dois grupos de crenças: singularidades culturais e sobre a vida e sociedade. As singularidades culturais que se destacaram foram principalmente sobre a cultura africana e as práticas parentais (e.g., recurso à punição física como meio disciplinar) inerentes à mesma. Tendo já sido discutidas anteriormente nesta dissertação. Quanto à sociedade, há um predomínio de crenças negativas nas narrativas das mães sobre a vida no geral, caracterizando o mundo como um lugar inseguro, perigoso, repleto de dificuldades para si e para os filhos. Este resultado poderá estar associado ao contexto em que vivem de desvantagem económica e social, que molda os pais na forma de examinar e compreender

as situações do quotidiano (Dearing et al., 2006). Acresce ainda que estas crenças negativas gerais sobre a sociedade, influenciam o comportamento das mães e consequentemente o desempenho parental (Senese et al., 2012; Sperling & Mowder, 2006). Ainda assim, algumas participantes revelaram crenças positivas sobre a vida no geral, dando ênfase à importância de lutar e aprender com os problemas.

Família

No que concerne a crenças sobre o ambiente familiar, a estabilidade e união tiveram destaque como componentes para a manutenção de um ambiente familiar equilibrado, o que é coerente com a tese de vários autores que sublinham que a união e a estabilidade são importantes para o bem-estar e ajustamento nas crianças e jovens (Dorius, 2016; Högnäs & Carlson, 2010; Osborne et al., 2007). De acordo com as participantes, tanto a mãe como o pai têm diferentes papéis a assumir com os filhos – ao nível da educação, da brincadeira e também do afeto. Deste modo, a presença de ambos na vida dos filhos teria uma função de complementaridade no crescimento dos mesmos.

Limitações e Contributos para a Investigação

Em relação à presente investigação, algumas limitações deverão ser mencionadas.

Antes de mais, a composição da amostra – apenas mães – impediu o acesso à exploração das crenças dos pais (masculinos) em contextos de desvantagem económica e social. Embora as instituições tenham feito um esforço no sentido de apelar aos pais para participarem, os mesmos não se voluntariaram para a colaboração no presente estudo. Ainda assim, consideramos que a presente amostra apresenta uma grande diversificação sociodemográfica (e.g., estatuto conjugal, singularidades culturais), vários tipos de situações de risco (e.g., negligência, exposição a violência familiar) e diferentes situações com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (e.g., família com retirada da criança; família sem retirada da criança).

Uma outra limitação poderá ter sido um possível efeito de desejabilidade social uma vez que as mães, dada a sua situação de desvantagem económica e social e, nalguns casos, de parentalidade de risco, poderiam sentir-se “vigiadas”, através das entrevistas, pelos sistemas de apoio social e de proteção de menores, respondendo às questões de acordo com o que consideram ser socialmente e moralmente adequado e aceite. Como a participação na investigação era de carácter voluntário, é também possível que não tenha

abrangido mães com dificuldades parentais mais acentuadas ou que não se sentissem bem em abordar a sua experiência pessoal no papel materno.

Em futuras investigações, será importante diversificar ainda mais a amostra e aumentar a sua dimensão, de modo a tornar possível uma comparação das crenças em função da variabilidade sociodemográfica, situações relativamente ao envolvimento com a CPCJ e situações de risco. A inclusão de pais (sexo masculino) será também um aspeto a considerar em investigações futuras.

Contudo, apesar das limitações, consideramos que o presente estudo contribui para o enriquecimento do conhecimento sobre parentalidade em situação de desvantagem económica e social, dada a escassez de estudos internacionais e nacionais sobre crenças parentais nestes contextos. Assim, os resultados obtidos podem facilitar o desenvolvimento de novos estudos, bem como facilitar a reflexão e promoção de práticas preventivas e terapêuticas com o objetivo de reforçar a parentalidade positiva.

Em Portugal, há uma crescente necessidade de estudos e práticas de intervenção nestes ambientes de desvantagem que favoreçam a eficácia dos processos de mudança em relação a crenças parentais que se reflitam numa parentalidade disfuncional, e promovam a parentalidade positiva em contextos de adversidade económica e social (Roskam, 2015; Stern, 2014). Neste sentido, o desenvolvimento da capacidade reflexiva dos pais bem como as intervenções sistémicas narrativas que considerem a influência e impacto das crenças dos pais no crescimento dos filhos poderão constituir uma mais-valia (Narciso et al., in press).

Referências bibliográficas

- Altafim, E. R. P., McCoy, D. C., & Linhares, M. B. M. (2018). Relations between parenting practices, socioeconomic status, and child behavior in Brazil. *Children and Youth Services Review*. doi: 10.1016/j.childyouth.2018.04.025
- American Psychological Association (2010). 2010 Amendments to the 2002 “Ethical principles of psychologists and code of conduct.” *American Psychologist*, 65, 493. doi: 10.1037/a0020168
- Anderson, R. E. (2015). Focusing on family: Parent-child relationships and school readiness among economically impoverished black children. *The Journal of Negro Education*, 84(3), 442-456. doi: 10.7709/jnegroeducation.84.3.0442
- Anghelescu, C., & Iliescu, M. (2006). Knowledge, attitudes, and parenting practices in Romania – The UNICEF Study. Buzău, Romania: Alpha Publishing House.
- Arayici, A. (2008). The Gypsy minority in Europe—some considerations. *International Social Science Journal*, 50(156), 253-262.
- Archer, J. (2004). Sex differences in aggression in real world settings: A meta-analytic review. *Review of General Psychology*, 8, 291–322.
- Arendell, T. (2000). Conceiving and investigating motherhood: The decade’s scholarship. *Journal of Marriage and the Family*, 62, 1192–1207. doi: 10.1111/j.1741-3737.2000.01192.x
- Azar, S. T., Reitz, E. B., & Goslin, M. C. (2008). Mothering: Thinking is part of the job description: Application of cognitive views to understanding maladaptive parenting and doing intervention and prevention work. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 29(4), 295-304. doi: 10.1016/j.appdev.2008.04.009
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Banovcinova, A., & Levickan, K. (2015). The Impact of the financial income on the family communication. *Revista Romaneasca pentru Educatie Multidimensionala*, 7(2), 35-46.
- Baumrind, D. (1975). *The contributions of the family to the development of competence in children*. California: University of California, Berkeley.
- Bhopal, K., & Myers, M. (2018). *Home Schooling and Home Education: Race, Class and Inequality*. Routledge.

- Bianchi, S. M., Robinson, J. P., & Milke, M. A. (2006). *The changing rhythms of American family life*. Russell Sage Foundation.
- Bilsky, W., Döring, A. K., van Beeck, F., Rose, I., Schmitz, J., Aryus, K., ... & Sindermann, J. (2013). Investigating children's values and value preferences - testing and expanding the limits. *Swiss Journal of Psychology*, 72(3), 123-136. doi: 10.1024/1421-0185/a000106
- Birks, M., & Mills, J. (2011). *Grounded theory - A practical guide*. London: Sage.
- Boe, T., Sivertsen, B., Heiervang, E., Goodman, R., Lundervold, A. J., & Hysing, M. (2014). Socioeconomic status and child mental health: The role of parental emotional well-being and parenting practices. *Journal of abnormal child psychology*, 42(5), 705-715. doi: 10.1007/s10802-013-9818-9
- Bond, L. A., & Burns, C. E. (2006). Mothers' beliefs about knowledge, child development, and parenting strategies: Expanding the goals of parenting programs. *The Journal of Primary Prevention*, 27(6), 555-571. doi: 10.1007/s10935-006-0061-9
- Bornstein, M. H., & Cote, L. R. (2004). Mothers' parenting cognitions in cultures of origin, acculturating cultures, and cultures of destination. *Child Development*, 75, 221-235. doi: 10.1111/j.1467-8624.2004.00665.x
- Bornstein, M. H. (2006). Parenting science and practice. In W. Damon, & R. M. Lerner (Series Eds.) & Handbook of child psychology : Vol. 4. (pp. 893-949).
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative research in psychology*, 3(2), 77-101.
- Brown, G. L., Craig, A. B., & Halberstadt, A. G. (2015). Parent gender differences in emotion socialization behaviors vary by ethnicity and child gender. *Parenting*, 15(3), 135-157. doi: 10.1080/15295192.2015.1053312
- Burchinal, M., Skinner, D., & Reznick, J. S. (2010). European American and African American mothers' beliefs about parenting and disciplining infants: A mixed-method analysis. *Parenting: Science and Practice*, 10, 79-96. doi: 10.1007/s10935-006-00619
- Burrus, J., & Carney, L. C. (2015). Social belief and attitudes: Personality and the isms. In J. Wright (Ed.), *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*, 2, 162-167.
- Carter, B., & McGoldrick, M. (1995). *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*.

- Case, A., Lubotsky, D., & Paxson, C. (2002). Economic status and health in childhood: The origins of the gradient. *American Economic Review*, 92, 1308–1334. doi: 10.1257/000282802762024520
- Caughy, M. O. B., Brodsky, A. E., O'campo, P. J., & Aronson, R. (2001). Perceptions of parenting: Individual differences and the effect of community. *American Journal of Community Psychology*, 29(5), 679-699. doi: 10.1023/A:1010461016939
- Chiocca, E. M. (2017). American Parents' Attitudes and Beliefs About Corporal Punishment: An Integrative Literature Review. *Journal of Pediatric Health Care*, 31(3), 372-383. doi: 10.1016/j.pedhc.2017.01.002
- Choi, J. K., Palmer, R. J., & Pyun, H. S. (2014). Three measures of non-resident fathers' involvement, maternal parenting and child development in low-income single-mother families. *Child & Family Social Work*, 19(3), 282-291. doi: 10.1111/cfs.12000
- Conger, R. D., Conger, K. J., & Martin, M. J. (2010). Socioeconomic status, family processes, and individual development. *Journal of Marriage and Family*, 72, 685–704. doi:10.1111/j.1741-3737.2010.00725.x
- Covey, S. R. (2014). *The 7 habits of highly effective families*. St. Martin's Press.
- Daly, K. J. (2007). *Qualitative methods for family studies & human development*. London: Sage.
- Dearing, E., Taylor, B., & McCartney, K. (2006). Within-child associations between family income and externalizing and internalizing problems. *Developmental Psychology*, Vol. 42, No. 2, 237–252.
- Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. (2017). *Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática*. Editora Vozes Limitada.
- Dorius, C. (2016). Family Stability. *Encyclopedia of Family Studies*
- Dow, D. M. (2016). Integrated motherhood: Beyond hegemonic ideologies of motherhood. *Journal of Marriage and Family*, 78(1), 180-196. doi: 10.1111/jomf.12264
- Durant, J., & Ensom, R. (2012). Physical punishment of children: Lessons for 20 years of research. *Canadian Medical Association Journal*, 184, 1373–1377. doi: 10.1503/cmaj.101314
- Durgel, E. S., Leyendecker, B., Yagmurlu, B., & Harwood, R. (2009). Sociocultural influences on German and Turkish immigrant mother's long-term socialization goals. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 1-19. doi: 10.1177/0022022109339210
- Durgel, E. S., Van de Vijver, F. J. R., & Yagmurlu, B. (2012). Self-reported maternal expectations and child-rearing practices: Disentangling the associations with ethnicity,

- immigration, and educational background. *International Journal of Behavioral Development*, 37(1), 35–43. doi: 10.1177/0165025412456145
- Flouri, E., Midouhas, E., & Ruddy, A. (2016). Socio-economic status and family structure differences in early trajectories of child adjustment: individual and neighbourhood effects. *Health & place*, 37, 8-15. doi: 10.1016/j.healthplace.2015.11.005
- Foucault, M. (2010). O sujeito e o poder. In H. L. Dreyfus, & P. Rabinow (Orgs.), Michel Foucault: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica (pp. 273-295). Rio de Janeiro, RJ: Forense.
- Friedson, M. (2016). Authoritarian parenting attitudes and social origin: The multigenerational relationship of socioeconomic position to childrearing values. *Child abuse & neglect*, 51, 263-275. doi: 10.1016/j.chiabu.2015.10.001
- Glabe, A. C., Bean, R. A., & Vira, R. (2005). A prime time for marital/relational intervention: A review of the transition to parenthood literature with treatment recommendations. *The American Journal of Family Therapy*, 33(4), 319-336. doi: 10.1080/01926180590962138
- Gomide, P. I. C. (2017). *Pais presentes, pais ausentes: regras e limites*. Editora Vozes Limitada.
- Halberstadt, A. G., & Lozada, F. T. (2011). Emotion development in infancy through the lens of culture. *Emotion Review*, 3, 158–168. doi: 10.1177/1754073910387946
- Harkness, S., & Super, C. M. (Eds.). (1996). *Parents' cultural belief systems: Their origins, expressions, and consequences*. Guilford Press.
- Harvey, B., Matte-Gagné, C., Stack, D. M., Serbin, L. A., Ledingham, J. E., & Schwartzman, A. E. (2016). Risk and protective factors for autonomy-supportive and controlling parenting in high-risk families. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 43, 18-28. doi: 10.1016/j.appdev.2015.12.004
- Hoffman, M. L. (1975). Moral, internalization, parental power, and the nature of parent-child interaction. *Developmental Psychology*, 11, 228-239.
- Högnäs, R. S., & Carlson, M. J. (2010). Intergenerational relationships and union stability in fragile families. *Journal of Marriage and Family*, 72(5), 1220-1233. doi: 10.1111/j.1741-3737.2010.00760.x
- Jeon, S., & Neppl, T. K. (2016). Intergenerational continuity in economic hardship, parental positivity, and positive parenting: The association with child behavior. *Journal of Family Psychology*, 30(1), 22–32. doi: 10.1037/fam0000151

- Katz-Wise, S. L., Priess, H. A., & Hyde, J. S. (2010). Gender-role attitudes and behavior across the transition to parenthood. *Developmental Psychology*, 46(1), 18-28.
- Kelly, U. A. (2009). "I'm a mother first": The influence of mothering in the decision-making processes of battered immigrant Latino women. *Research in Nursing & Health*, 32(3), 286-297. doi: 10.1002/nur.20327
- Kiernan, K., & Huerta, M. (2008). Economic deprivation, maternal depression, parenting and children's cognitive and emotional development in early childhood. *British Journal of Sociology*, 59(4), 783-806. doi: 10.1111/j.1468-4446.2008.00219.x
- Knoester, C., Petts, R., & Eggebeen, D. (2007). Commitments to fathering and well-being and social participation of new, disadvantaged fathers. *Journal of Marriage and Family*, 69 (4), 99-1004. doi: 10.1111/j.1741-3737.2007.00426.x
- Kotchick, B. A., & Forehand, R. (2002). Putting parenting in perspective: A discussion of the contextual factors that shape parenting practices. *Journal of child and family studies*, 11(3), 255-269.
- Lareau, A. (2002). Invisible inequality: Social class and childrearing in black families and white families. *American Sociological Review*, 67(5), 747-776. doi: 10.2307/3088916
- Lareau, A. (2011). *Unequal childhoods: Class, race and family life*. Berkeley, CA: UC Press. 160.
- Laursen, B., & Collins, W. A. (2009). *Parent-child relationships during adolescence* (pp. 3-42). New York, NY: Wiley.
- Loeber, R., Capaldi, D. M., & Costello, E. (2013). Gender and the development of aggression, disruptive behavior, and early delinquency from childhood to early adulthood. *Disruptive Behavior Disorders*, 1, 137-160
- Luster, T., & Okagaki, L. (2006). *Parenting: An ecological perspective* (Vol. 2). Routledge.
- Lydaki, A. (2007). Gypsies. *The Blackwell Encyclopedia of Sociology*, 1-3.
- MacKenzie, M. J., Nicklas, E., Waldfogel, J., & Brooks-Gunn, J. (2015). Spanking and children's externalizing behaviors across the first decade of life: Evidence for transactional processes. *Journal of Youth and Adolescence*, 44(3), 658-669. doi: 10.1007/s10964-014-0114-y
- Maguire, M., & Delahunt, B. (2017). Doing a thematic analysis: A practical, step-by-step guide for learning and teaching scholars. *AISHE-J: The All Ireland Journal of Teaching and Learning in Higher Education*, 9(3).

- Mandara, J., Murray, C. B., Telesford, J. M., Varner, F. A., & Richman, S. B. (2012). Observed gender differences in African American mother-child relationships and child behavior. *Family Relations*, 61, 129–141. doi: 10.1111/j.1741-3729.2011.00688.x
- Mastrotheodoros, S., Van der Graaff, J., Deković, M., Meeus, W. H., & Branje, S. J. (2018). Coming Closer in Adolescence: Convergence in Mother, Father, and Adolescent Reports of Parenting. *Journal of Research on Adolescence*. doi: 10.1111/jora.12417
- McArthur, M., & Moore, T. (2014). Substance Abuse and Parenthood. *The Wiley Blackwell Encyclopedia of Health, Illness, Behavior, and Society*, 2400-2404. doi: 10.1002/9781118410868.wbehibs144
- McConnell, D., Breitzkreuz, R., & Savage, A. (2011). From financial hardship to child difficulties: Main and moderating effects of perceived social support. *Child: Care, Health and Development*, 37, 679-691. doi:10.1111/j.1365-2214.2010.01185.x
- McHale, S. M., Crouter, A. C., & Whiteman, S. D. (2003). The family contexts of gender development in childhood and adolescence. *Review of Social Development*, 12, 125–151. doi: 10.1111/1467-9507.00225
- McKinney, C., Donnelly, R., & Renk, K. (2008). Perceived parenting, positive and negative perceptions of parents, and late adolescent emotional adjustment. *Child and Adolescent Mental Health*, 13(2), 66-73. doi: 10.1111/j.1475-3588.2007.00452.x
- McMahon, M. (1995). *Engendering motherhood: Identity and self-transformation in women's lives*. New York: The Guildford Press
- Morris, A. S., Robinson, L. R., Hays-Grudo, J., Claussen, A. H., Hartwig, S. A., & Treat, A. E. (2017). Targeting parenting in early childhood: A public health approach to improve outcomes for children living in poverty. *Child development*, 88(2), 388-397. doi: 10.1111/cdev.12743
- Mowder, B.A. (2005). Parent Development Theory: Understanding parents, parenting perceptions, and parenting behaviors. *Journal of Early Childhood and Infant Psychology*, 1, 45–64.
- Narciso, I., Relvas, A. P., Ferreira, L. C., Vieira-Santos, S., Fernandes, M., Santa-Bárbara, S., & Machado, I. (in press). Mapping the “good mother” – Meanings and experiences in economically and socially disadvantaged contexts. *Children and Youth Services Review*. doi: 10.1016/j.childyouth.2018.08.029
- Neppl, T. K., Senia, J. M., & Donnellan, M. B. (2016). Effects of economic hardship: Testing the family stress model over time. *Journal of family psychology*, 30(1), 12.

- Nurius, P. S., Prince, D. M., & Rocha, A. (2015). Cumulative disadvantage and youth well-being: a multi-domain examination with life course implications. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 32, 567-576. doi: 10.1007/s10560-015-0396-2
- Osborne, C., Manning, W. D., & Smock, P. J. (2007). Married and cohabiting parents' relationship stability: A focus on race and ethnicity. *Journal of Marriage and Family*, 69(5), 1345-1366. doi: 10.1111/j.1741-3737.2007.00451.x
- Pereira, M., Negrão, M., Soares, I., & Mesman, J. (2015). Predicting harsh discipline in at-risk mothers: The moderating effect of socioeconomic deprivation severity. *Journal of child and family studies*, 24(3), 725-733. doi: 10.1007/s10826-013-9883-2
- Pinderhughes, E. E., Dodge, K. A., Bates, J. E., Pettit, G. S., & Zelli, A. (2000). Discipline responses: Influences of parents' socioeconomic status, ethnicity, beliefs about parenting, stress, and cognitive-emotional processes. *Journal of family psychology*, 14(3), 380-400. doi: 10.1037//0893-3200.14.3.380
- Pinquart, M., & Teubert, D. (2010). Effects of parenting education with expectant and new parents: A meta-analysis. *Journal of Family Psychology*, 24(3), 316-327.
- Rawatlal, N., Pillay, B. J., & Kliever, W. (2015). Socioeconomic status, family-related variables, and caregiver-adolescent attachment. *South African Journal of Psychology*, 45(4), 551-563. doi: 10.1177/0081246315588906
- Razure, C., Bruchon-Schweitzer, M., Dupanloup, A., Irion, O., & Epiney, M. (2011). Stressful events, social support and coping strategies of primiparous women during the postpartum period: A qualitative study. *Midwifery*, 27(2), 237-242. doi: 10.1016/j.midw.2009.06.005
- Roskam, I. (2015). Enhancing positive parenting through metacognition with the Program 'Lou & us'. *Journal of Child and Family Studies*, 24, 2496-2507. doi: 10.1007/s10826-014-0052-z
- Rubin, K. H., & Chung, O. B. (2006). Parenting beliefs, behaviors, and parent-child relations – A cross-cultural perspective. New York: Psychology Press.
- Schulz, W., Schunck, R., Diewald, M., & Johnson, W. (2017). Pathways of Intergenerational Transmission of Advantages during Adolescence: Social Background, Cognitive Ability, and Educational Attainment. *Journal of youth and adolescence*, 46(10), 2194-2214. doi: 10.1007/s10964-017-0718-0
- Seabrook, J. A., & Avison, W. R. (2012). Socioeconomic status and cumulative disadvantage processes across the life course: Implications for health outcomes. *Canadian Review of Sociology*, 49, 50-68. doi: 10.1111/j.1755-618X.2011.01280.x

- Sebre, S. B., Jusiene, R., Dapkevice, E., Skreitule-Pikse, I., & Bieliauskaite, R. (2014). Parenting dimensions in relation to pre-schoolers' behaviour problems in Latvia and Lithuania. *International Journal of Behavioral Development*, 39, 458–466. doi: 10.1177/0165025414548774
- Senese, V. P., Bornstein, M. H., Haynes, O. M., Rossi, G., & Venuti, P. (2012). A cross-cultural comparison of mothers' beliefs about their parenting very young children. *Infant Behavior & Development*, 35, 479-488. doi: 10.1016/j.infbeh.2012.02.006
- Sharot, T., & Garrett, N. (2016). Forming beliefs: Why valence matters. *Trends in cognitive sciences*, 20(1), 25-33. doi: 10.1016/j.tics.2015.11.002
- Sigel, I. E., McGillicuddy-DeLisi, A. V., & Goodnow, J. J. (Eds.). (2014). *Parental belief systems: The psychological consequences for children*. Psychology Press.
- Sperling, S., & Mowder, B. A.. (2006). Parenting perceptions: Comparing parents of typical and special needs preschoolers. *Psychology in the Schools*, 43(6), 695-700. doi: 10.1002/pits.20180
- Stern, T. (2014). The development of reflective functioning in a mother traumatized by past and present events: Facilitating change in the parent-infant relationship. *Journal of Infant, Child, and Adolescent Psychotherapy*, 13, 24-36. doi: 10.1080/15289168.2014.880291
- Taylor, R., Budescu, M., Gebre, A., & Hodzic, I. (2014). Family financial pressure and maternal and adolescent socioemotional adjustment: Moderating effects of kin social support in low income African American families. *Journal of Child and Family Studies*, 23(2), 242–254. doi: 10.1007/s10826-012-9688-8
- Tudge, J. R. H., & Freitas, L. D. L. (2012). Parentalidade: uma abordagem ecológico-cultural. *Maternidade e Paternidade: A parentalidade em diferentes contextos*. 1ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 171-196.
- van Mourik, K., Crone, M. R., Pels, T. V. M., & Reis, R. (2016). Parents' beliefs about the cause of parenting problems and relevance of parenting support: Understanding low participation of ethnic minority and low socioeconomic status families in the Netherlands. *Children and Youth Services Review*, 61, 345-352. doi: 10.1016/j.childyouth.2015.12.028
- Vathi, Z. (2015). Intergenerational Transmission of Ethnic Identity, Integration and Transnational Ties. In *Migrating and Settling in a Mobile World* (pp. 149-175). Springer, Cham. doi: 10.1007/978-3-319-13024-8_5

- West, P., & Sweeting, H. (2004). Evidence on equalization in health in youth from the West of Scotland. *Social Science and Medicine*, 59, 13–27. doi: 10.1016/j.socscimed.2003.12.004
- West, P. (1997). Health inequalities in the early years: Is there equalization in youth? *Social Science and Medicine*, 44, 833–858. doi: 10.1016/S0277-9536(96)00188-8
- Wiklund, I., Edman, G., Larsson, C., & Andolf, E. (2009). First-time mothers and changes in personality in relation to mode of delivery. *Journal of advanced nursing*, 65(8), 1636–1644. doi: 10.1111/j.1365-2648.2009.05018.x
- Wulczyn, F., Gibbons, R., Snowden, L., & Lery, B. (2013). Poverty, social disadvantage, and the black/white placement gap. *Children and Youth Services Review*, 35(1), 65-74. doi: 10.1016/j.childyouth.2012.10.005
- Yagmurlu, B., & Sanson, A. (2009). Acculturation and parenting among Turkish mothers in Australia. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 40(3), 361–380. doi: 10.1177/0022022109332671